
UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A
Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

Com relatório dos auditores independentes

ÍNDICE

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Aos
Acionistas e Administradores da
UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A
Timbó - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A (“Companhia”), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidadas para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individual e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, individual e consolidada, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individual e consolidada, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

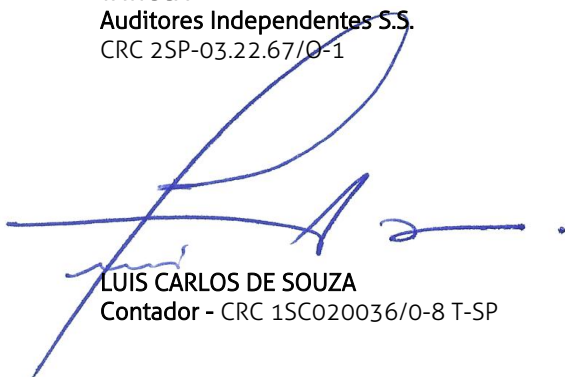
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individual e consolidada, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Empresa para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Empresa e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 27 de abril de 2026

TATICCA
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1



LUIS CARLOS DE SOUZA
Contador - CRC 15C020036/O-8 T-SP

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	975	1.629	213.935	449.385
Aplicações financeiras	5	-	-	47.337	-
Contas a receber de clientes	6	-	-	172.941	142.124
Impostos a recuperar	8	3.218	2.887	58.584	43.775
Estoques	7	-	-	13.332	13.539
Outros créditos	9	35.773	13.009	22.392	23.592
Total do ativo circulante		39.967	17.525	528.521	672.415
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	-	-	20.371	37.114
Impostos a recuperar	8	-	-	9.551	4.390
Impostos diferidos	18	388	-	-	-
Partes relacionadas	17	-	-	-	240
Outros créditos	9	94.312	-	33.605	17.491
Investimentos	10	727.024	779.121	27.350	15.578
Imobilizado	12	-	-	832.019	645.655
Direito de uso – arrendamento	11	-	-	223.330	126.956
Intangível	13	-	-	824.614	767.296
Total do ativo não circulante		821.724	779.121	1.970.840	1.614.720
Total do ativo		861.690	796.646	2.499.361	2.287.135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Fornecedores		3	1	83.777	54.949
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	-	143.113	109.000
Obrigações fiscais e parcelamentos tributários	15	210	1.118	43.343	48.549
Obrigações sociais e trabalhistas	16	-	-	57.044	51.641
Passivos de arrendamento	11	-	-	46.813	30.421
Dividendos a pagar	21.f	44.875	3.817	64.102	7.808
Participações societárias a pagar	19	-	-	35.727	138.263
Outras obrigações a pagar		-	-	13.448	4.965
Total do passivo circulante		45.088	4.935	487.367	445.596
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	-	395.828	440.337
Obrigações fiscais e parcelamentos tributários	15	-	-	1.569	3.940
Impostos diferidos	18	-	-	104.266	50.339
Passivos de arrendamento	11	-	-	157.528	71.618
Dividendos a pagar	21.f	101.500	-	152.188	-
Participações societárias a pagar	19	-	-	75.909	50.408
Provisão contingências	20	1.140	-	15.307	7.973
Outras obrigações		-	-	6.471	6.477
Total do passivo não circulante		102.640	-	909.067	631.092
Patrimônio líquido					
Capital social	21.a	183.707	43.707	183.707	43.707
Reserva legal	21.c	6.579	8.741	6.579	8.741
Outras reservas de capital	21.c	501.266	545.885	501.266	545.885
Reservas de lucros	21.d	22.410	193.376	22.410	193.376
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		713.962	791.710	713.962	791.710
Participação dos acionistas não controladores		-	-	388.966	418.737
Total do patrimônio líquido		713.962	791.710	1.102.928	1.210.447
Total do passivo e do patrimônio líquido		861.690	796.645	2.499.361	2.287.135

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido básico e diluído por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	22	-	-	1.185.580	1.025.379
Custos dos serviços prestados	23	-	-	(572.913)	(504.861)
Lucro bruto			-	612.667	520.518
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	23	-	-	(120.130)	(105.528)
Despesas gerais e administrativas	23	(1.166)	(10)	(179.291)	(164.837)
Equivalência patrimonial	10	137.769	114.791	1.972	805
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(3.085)	(2.776)	9.693	6.090
		133.518	112.005	(287.755)	(263.470)
Lucro operacional		133.518	112.005	324.912	257.048
	25				
Receitas financeiras		76	45	65.063	54.823
Despesas financeiras		(6)	(4)	(104.570)	(99.069)
Resultado financeiro		70	40	(39.507)	(44.247)
Lucro antes dos impostos		133.588	112.045	285.405	212.801
Imposto de renda e contribuição social	18				
Correntes		(2.389)	(4.321)	(29.454)	(18.461)
Diferidos		388	-	(53.175)	(26.841)
		(2.001)	(4.321)	(82.629)	(45.302)
Lucro líquido do exercício		131.587	107.724	202.775	167.499
Lucro Líquido atribuído aos acionistas controladores		131.587	107.724	131.587	107.724
Lucro Líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	71.188	59.775
Média ponderada das ações ordinárias					
Lucro por ação ordinária:					
Básico e diluído – R\$	21.c	12,2819	10,0546		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	131.587	107.724	202.775	167.499
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	131.587	107.724	202.775	167.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucro			Lucros acumulados	Total Controladores	Participação não Controladores	Total Consolidado
		Reserva de lucros	Reserva legal	Outras reservas de capital				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	43.707	131.942	8.741	545.292	-	729.683	383.620	1.113.302
Outros resultados patrimoniais	-	-	-	594	-	594	(594)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	107.724	107.724	59.775	167.499
Destinação do lucro do exercício:								
Dividendos e juros sobre capital do exercício	-	-	-	-	(46.290)	(46.290)	(24.063)	(70.353)
Transferência para reserva de lucros	-	61.434	-	-	(61.434)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	43.707	193.376	8.741	545.885	-	791.710	418.737	1.210.448
Aumento de capital - bonificação em ações	140.000	(86.064)	(8.741)	(45.195)	-	-	-	-
Outros resultados patrimoniais	-	-	-	575	-	575	(575)	-
Dividendos intercalares	21.f	(140.000)	-	-	-	(140.000)	(69.231)	(209.231)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	131.587	131.587	71.188	202.775
Destinação do lucro do exercício:								
Constituição da reserva legal	-	-	6.579	-	(6.579)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital do exercício	21.f	-	-	-	(69.910)	(69.910)	(31.154)	(101.064)
Transferência para reserva de lucros	-	55.098	-	-	(55.098)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	183.707	22.410	6.579	501.266	-	713.962	388.966	1.102.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	131.587	107.724	202.775	167.499
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas (aplicadas):				
Depreciação e amortização	-	-	222.795	201.007
Amortização de direitos em uso	-	-	46.761	39.090
Encargos sobre arrendamentos	-	-	16.430	11.696
Variação da provisão para perdas de crédito esperado	-	-	37.685	31.721
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	1.140	-	7.334	931
Resultado de equivalência patrimonial	(137.769)	(114.791)	(1.972)	(805)
Baixa de ativo imobilizado, intangível e direito de uso	-	-	11.568	11.014
Juros sobre parcelamentos tributários	-	-	542	398
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures	-	-	59.639	49.546
Juros passivos de aquisição societária	-	-	12.660	19.681
Encargos por concessão de garantia	-	-	1.974	1.776
Tributos diferidos	(388)	-	53.175	26.841
Rendimento de aplicação financeira	-	-	(9.103)	(5.690)
Remensuração de passivos societários	-	-	-	(1.832)
Instrumentos financeiros e derivativos	-	-	-	4.125
Despesa com pagamento baseado em ações	-	-	734	913
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) diminuição dos ativos				
Redução/ (aumento) das contas a receber de clientes	-	-	(63.166)	(58.993)
Redução/ (aumento) dos estoques	-	-	737	(6.398)
Redução/ (aumento) dos impostos a recuperar	(331)	-	(18.570)	(14.534)
Redução/ (aumento) das partes relacionadas	-	-	240	(1)
Redução/ (aumento) outros	-	-	(12.913)	(21.928)
(Aumento) diminuição dos passivos				
Aumento/ (redução) de fornecedores	3	-	(8.858)	64.139
Aumento/ (redução) de obrigações trabalhistas e sociais	-	-	3.367	11.512
Aumento/ (redução) de obrigações tributárias	(908)	926	22.689	18.611
Aumento/ (redução) de parcelamentos tributários	-	-	(3.165)	(3.805)
Aumento/ (redução) de outros passivos	2.559	3.817-	(6.610)	4.613
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(27.065)	(14.140)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	(4.107)	(2.325)	549.684	536.986
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimentos, líquido caixa advindo combinação	-	-	(178.498)	(112.164)
Participação em outras sociedades	-	-	(9.235)	(5.652)
Caixa advindo de combinação de negócios	-	-	13.450	1
Adiantamentos para aumento de capital	-	-	(531)	-
Dividendos recebidos	73.363	50.026	-	-
Aplicação financeira	-	-	(21.491)	81.696
Aquisição de imobilizado	-	-	(287.882)	(304.131)
Aquisição de intangível	-	-	(51.951)	(57.813)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	73.363	50.026	(536.138)	(398.063)

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de novos empréstimos	-	-	41.387	300.000
Amortizações de principal de empréstimos	-	-	(105.393)	(103.055)
Amortizações de juros sobre empréstimos	-	-	(21.146)	(22.663)
Pagamento de arrendamentos	-	-	(57.447)	(68.410)
Realização do instrumento financeiro derivativo	-	-	-	3.369
Pagamento baseado em ações	-	-	150	-
Dividendos pagos	(69.910)	(46.290)	(106.547)	(71.264)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(69.910)	(46.290)	(248.996)	37.977
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(654)	1.411	(235.450)	176.900
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.629	218	449.385	272.485
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	975	1.629	213.935	449.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Unitá Participações S/A. (“Companhia” ou “Unitá”), iniciou suas atividades em 11 de maio de 2021, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESC sob nº 42300053872, registrada no CNPJ sob nº 41.894.331/0001-08, e tem como atividade: Holding de Participações.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado e a sua sede social está estabelecida na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, à Rua Duque de Caxias, 831, Centro.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

Base para apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelos órgãos institucionais CPC e IASB, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto determinados ativos financeiros que foram mensurados ao valor justo por meio do resultado.

As demonstrações financeiras da Controladora, aqui denominadas demonstrações financeiras individuais, estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, a provisão para litígios e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, quando aplicável e da análise da recuperação de ativos não monetários (impairment). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Apenas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A Administração da empresa autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 24 de abril de 2026.

2.1 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtém o controle e finaliza quando a Companhia deixa de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Os investimentos nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Na consolidação todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa, relacionados com transações entre controladora e controladas, são totalmente eliminados na consolidação.

Entre os principais procedimentos e ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

(i) Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, segundo a natureza contábil, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros; (ii) Investimento correspondente às participações no patrimônio líquido e no resultado do exercício da empresa controlada.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes empresas:

Investida	Data Aquisição	País Sede	Participação			
			31/12/2025		31/12/2024	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Unifique Telecomunicações S/A	11/05/2021	Brasil	65,0426%	-	65,0426%	-

A empresa controlada têm como atividade preponderante serviços de telecomunicações.

2.2 Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida a valor justo em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio

adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

As contabilizações dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram feitas com base na avaliação do valor justo, realizadas internamente pela Companhia.

2.3 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado.

2.4 Reconhecimento de receita

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida.

As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviço compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços, aluguel de equipamentos e utilização da rede. A controlada também cobra pelos serviços de instalação das redes nas dependências do cliente. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês.

As receitas são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

a favor da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização.

A controlada da Companhia oferecem pacotes comerciais que combinam equipamentos e serviços de telefonia fixa, móvel, dados, internet, TV por assinatura, livro digital, serviço de monitoramento e telemedicina, sendo o reconhecimento das receitas de serviços distribuídas entre seus elementos, que se trata de uma série de serviços distintos, substancialmente similares e com o mesmo padrão de transferência para o cliente. As receitas são reconhecidas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base nos dados de consumo e número de dias transcorridos desde a última data de faturamento.

Também são prestados serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satelital, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato.

Os montantes pagos a título de custos incrementais necessários para a obtenção de um contrato com clientes (comissões de vendas) são registrados como despesa antecipada no momento de seu pagamento e amortizado pela estimativa de tempo de retenção do contrato na Companhia.

2.5 Tributação

A seguir, relacionamos as legendas relativas aos impostos, taxas e contribuições descritas nestas demonstrações financeiras, com suas respectivas alíquotas em relação a sua controlada:

- PIS - Programa de Integração Social - Tributo Federal: 0,65% a 1,65%.
- COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Tributo Federal: 3% a 7,60%;
- IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Tributo Federal: 15% mais 10% sobre o que exceder R\$240 mil em lucro real por ano;
- CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Tributo Federal: 9%;
- ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Tributo Estadual: 17% SC e RS; e no decorrer do exercício de 2024 houve alterações na alíquota do PR, ao fim do exercício a alíquota era de 19,5%;
- ISS - Imposto sobre Serviço Prestado - Tributo Municipal: 2% a 5%;
- FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – 1%;
- FUNTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – 0,5%.

Algumas controladas da investida da sua controlada apuram seus impostos sobre a renda (IRPJ e CSLL) pela metodologia do lucro presumido.

Tributos correntes

Ativos e passivos tributários do exercício corrente e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social corrente relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido é reconhecido no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL. A tributação sobre o lucro das empresas controladas abrange além do lucro real, a sistemática do lucro presumido, mediante aplicação dos percentuais estabelecidos no artigo 15 da Lei nº 9.249/1995 sobre a receita bruta, com acréscimo das demais receitas e ganhos auferidos no trimestre de apuração. Sobre o lucro presumido, incidem as alíquotas de 15%, sobre o lucro e 10% adicionais sobre o que exceder R\$60 mil em lucro por trimestre, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS, ISS, às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente. As receitas de telecomunicações estão sujeitas, também, ao pagamento da taxa de FUST e FUNTELL Para as demais receitas auferidas pela Companhia na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e COFINS, respectivamente.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de serviços e vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

2.6 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e; (iii) a valor justo por meio de resultado.

A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

Os novos requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses e para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessário uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo de impairment. Portanto, a Companhia não acompanha as mudanças no risco de crédito, mas

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

reconhece uma provisão para perdas com base nas perdas esperadas vitalícias em cada data de relatório. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em sua experiência histórica de perda de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente.

b) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) a outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Passivos financeiros a custo amortizado

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração dos resultados.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço.

O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:

- No principal mercado para o ativo ou passivo.
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por suas controladas.

O valor justo de um ativo ou um passivo é medido usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em conta a capacidade de um participante do mercado para gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso.

A Companhia e suas controladas usam técnicas de avaliação que são apropriados nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são classificados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.

Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos- (Operações de “Swap”)

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Os derivativos são contratados como forma da Companhia proteger-se contra riscos financeiros, sendo que a política da Companhia é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

2.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes não é necessário para as contas a receber de clientes e contas a pagar de fornecedores.

2.9. Provisão para recuperação de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- a) Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

- b) Ativos Intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício,

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Avaliação da recuperação do valor contábil

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) / IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

2.10 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.11 Contas a receber

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas menos as perdas de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços.

O critério das perdas estimadas em crédito tem como base o histórico de realização da carteira, levando em consideração a performance de recuperação dos recebíveis. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira. Companhia utiliza uma abordagem simplificada a fim de constituir de forma prospectiva a provisão considerando as perdas esperadas em percentual. O percentual estimado é calculado com base histórica. A finalidade dessa análise é a de assegurar uma avaliação mais criteriosa na determinação da PCLD sobre as contas a receber da Companhia. Em adição a esta análise a Companhia efetua a avaliação de impairment da carteira e realiza eventuais complementos da provisão.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.12 Estoques

Representados substancialmente por materiais para uso e consumo e acessórios para instalação e manutenção de redes, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.13 Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Máquinas e equipamentos	5% a 33,33%
Cabos	5%
Computadores e periféricos	10% a 33,33%
Máquinas e equipamentos locação	10% a 33,33%
Projeto de rede e fibra	4% e 5%
Usina fotovoltaica	3,33%
Veículos	10%
Ativação de clientes	20%
Outros	4% a 33,33%

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.14 Ativos intangíveis

São representados substancialmente por softwares adquiridos de terceiros, ágios gerados nas aquisições de empresas, carteira de clientes adquiridas de terceiros ou advindas de combinação de negócios, e por direitos de não competição também originados de contratos de aquisições de empresas.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial, pelos seus custos de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

A amortização é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Software	20%
Carteira de clientes	4,88% a 100%
Direito de não-concorrência	10% a 50%
Contratos de franquias	5% a 21,28%
Outros	10% a 83,33%

Abaixo premissas e critérios que foram utilizados para determinar a vida útil dos ativos intangíveis:

- **Software:** A vida útil é estimada com base na expectativa de uso do sistema, ou da substituição de sua versão atual por outra versão atualizada.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

- Carteira de clientes: os ativos relacionados a carteira de clientes originados em combinação de negócios têm a vida útil estimada por especialistas. Os contratos firmados com os clientes nos negócios adquiridos usualmente não possuem prazo definido para interrupção do relacionamento. As carteiras de clientes adquiridas em combinações de negócios são estimadas com base em (i) projeções de receita baseada nos clientes existentes na data (sem sinergias pós aquisição); na (ii) taxa de retenção desses clientes ("*churn-rate*"), a qual é obtida através do método do *Constant Attrition Rate Method* (CAM), onde se estratifica as receitas históricas de um período recente de anos (por exemplo dos últimos três a cinco anos); (iii) a rentabilidade atribuída ao ativo; e (iv) taxa de desconto para apurar o valor justo do ativo. A vida útil remanescente de uma carteira de cliente é estimada pelo prazo do fluxo de projeção até que a representatividade do valor justo da carteira de clientes seja inferior a 10%.
- Direito de não concorrência (não competição): A vida útil do ativo é apurada com base no prazo contratual estabelecido entre as partes.
- Contratos de franquia: determinados com base nos prazos contratuais estabelecidos nos contratos de franquia.

2.15 Arrendamento mercantil

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.16 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.17 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitidos pelos CPC/IFRS.

2.18 Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Os juros sobre capital próprio pagos ou creditados, imputados aos dividendos, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido e divulgados nas mutações do patrimônio.

2.19 Custo dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.20 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.21 Subvenção e assistência governamentais

Constituída nos termos da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, com base no valor de subvenções governamentais. A Companhia e suas controladas gozam de incentivos concedidos pelo Estado de Santa Catarina, estabelecidos pelo artigo 25-A do regulamento do ICMS/SC, pelo qual os contribuintes prestadores de serviços de telecomunicações podem optar pela utilização de um crédito presumido no valor de 1% (um por cento) dos débitos de ICMS relacionados à prestação de serviços de telecomunicações e ainda contribuirão com o Fundo para a Infância e Adolescência do Estado de Santa Catarina (FIA), o Fundo Estadual do Idoso (FEI-SC) ou fundos equivalentes instituídos por Municípios catarinenses, na forma do art. 260 da Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e do art. 3º da Lei federal nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010. As contribuições corresponderão a 2% (dois por cento) do valor do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) devido, sendo 1% (um por cento) destinado ao FIA e 1% (um por cento) ao FEI-SC ou a fundos equivalentes instituídos por Municípios catarinenses. Os incentivos fiscais, com base no parágrafo 4º do artigo 30 da Lei 12.973/2014, são considerados subvenções para investimentos, podendo somente ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. O artigo 30 da Lei 12.973/2014 foi revogado pela Lei 14.789/2023, com início de vigência da revogação em 01 de janeiro de 2024. Os incentivos fiscais reconhecidos na vigência do artigo 30 da Lei 12.973/2014 atendem os requisitos legais estabelecidos à época do seu reconhecimento.

2.22 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e suas controladas é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relacionadas ao planejamento estratégico e financeiro, compras, investimentos e investimentos de fundos são tomadas de forma consolidada; e a Administração concluiu que a Companhia e suas subsidiárias operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações, e toda a receita da Companhia é gerada no Brasil, bem como todos os ativos estão localizados no território nacional e não há cliente representando individualmente 10% ou mais da receita.

2.23 Investimentos em sociedades controladas em conjunto

A Companhia possui participação em empresa cujo controle é realizado de forma conjunta com os demais sócios. O controle é compartilhado entre os sócios através de contratos e acordos de quotistas, estabelecendo diretrizes para que o controle compartilhado do negócio, relacionada a decisões sobre as atividades relevantes e que exigem o consentimento unânime das partes. Como a Companhia tem interesse e influência significativa essas controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidadas com determinado pelo CPC 18 (IAS28) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.24 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia e suas controladas, em conformidade com as práticas contábeis, optaram por não adotar tais normas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do presente exercício.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

A Companhia não espera que tais normas e interpretações, causem impacto significativo nas demonstrações financeiras.

2.25 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras). O IFRS18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinação os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes:

- A participação no lucro de uma coligada e de um empreendimento conjunto serão classificadas na categoria de investimento, dentro da demonstração do resultado.
- As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio.
- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Amendments to the classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 –

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significantes

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração revisou suas projeções e não identificou nenhum indicador de *impairment*.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos ao setor, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas avaliadas como de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia e suas controladas registram provisões para contingências no passivo não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para perdas de crédito esperadas

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber de clientes com base nas perdas históricas da Companhia. A contrapartida da provisão para perda esperada é reconhecida no resultado de exercício como redutora da receita operacional, a fim de apresentar as receitas com vendas pelo seu provável valor estimado de realização (nota explicativa 23).

Definição de vidas úteis de ativo imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados e amortizados, respectivamente, de forma linear ao longo da vida útil esperada do ativo. As taxas de depreciação são baseadas em informações históricas e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem a vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado.

As vidas úteis de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios são definidas com base em técnicas de avaliação que incluem a determinação de premissas e critérios que consideram o histórico da entidade, o setor em que está inserida, as projeções de mercado para a entidade combinada. As premissas adotadas podem variar em relação às efetivamente incorridas, gerando variações em relação aos valores alocados quando da combinação.

Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia e suas controladas teriam que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Valor justo de contratos e relacionamentos advindos de combinação de negócios

Como determinado pelo CPC 15 (IFRS 3) – combinação de negócios, requer que os ativos e passivos adquiridos sejam avaliados a valor justo na data da aquisição. Bem como ativos intangíveis identificados em combinação sejam avaliados a valor justo. Julgamento é necessário para identificar os ativos identificáveis e os critérios para apurar o valor justo. O processo de mensuração a valor justo requer a assunção de premissas e estimativas que podem gerar variações em relação aos valores efetivamente incorridos.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

Receitas: Projetadas com base na realização do ano de 2024 e projeções orçamentárias para 2025, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) / IAS 36 não foram considerados crescimentos decorrentes da expansão de cobertura de rede, somente crescimento da penetração de assinantes na rede atualmente instalada.

Custos e despesas operacionais: Projetados com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes.

Investimentos de capital: Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços e manutenção de nossa planta

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

existente. Não foram considerados investimentos em expansão da rede em conformidade com os conceitos definidos no CPC 01 (R1) / IAS 36.

Taxa de desconto: Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (WACC, na sua sigla em inglês). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta.

Amortização de despesa de comissão

As despesas incrementais para a conquista de um novo cliente (comissões por vendas) são registradas no momento que devidas aos vendedores e amortizadas contabilmente por um prazo que representa o tempo de retenção que um cliente novo permanece em carteira como cliente da Companhia (vida útil média de um contrato). Estatísticas de retenção de clientes elaboradas pela área de mercado são utilizadas para determinar a vida útil do contrato. A taxa é revisada anualmente. Sendo uma informação obtida do mercado, a vida útil estimada pela Administração pode ser diferente da efetivamente realizada, uma vez que é diretamente afetada pelo comportamento do mercado consumidor.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia instituiu programa de pagamentos baseado em ações com seus empregados (Nota explicativa 22). A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. A Companhia mensura o custo de transações com empregados liquidadas com ações baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A Companhia não tem transações baseadas em ações que seriam liquidadas financeiramente. Para a mensuração do valor justo de transações liquidadas com ações outorgadas a empregados na data de concessão a Companhia utiliza o modelo do *Black Scholes Merton*.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-	18	15
Bancos	-	3	1.994	5.697
Aplicações de liquidez imediata	975	1.626	211.923	443.673
Caixa e equivalentes de caixa	975	1.629	213.935	449.385

As aplicações financeiras de liquidez imediata são compostas por CDBs – Certificados de Depósitos Bancários, lastreados ao rendimento do CDI diário (Certificado de Depósito Interbancário), resgatáveis a qualquer momento e com mudança insignificante de valor. Seu rendimento depende do prazo em que o dinheiro permanecer investido. As taxas de juros sobre essas aplicações variam de 5% a 110% do CDI.

5. Aplicações financeiras

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de investimento privado	5.905	-
Aplicação em letra financeira	61.803	37.114
Aplicações financeiras	67.708	37.114
Circulante	47.337	-
Não circulante	20.371	37.114

A Companhia aplicou recursos em letras financeiras e aplicações financeiras sem liquidez imediata, com prazos de até 2 anos, para obter uma remuneração superior as aplicações financeiras de conversibilidade imediata, sendo remuneradas de 95% a 106,5% do CDI referente ao exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 107,75% do CDI referente ao exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2024.

6. Contas a receber de clientes

Registra os valores a receber de clientes relativos às atividades de prestação de serviços da Controlada da Companhia além de outros valores a receber, conforme abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Cartão de crédito a receber	1.674	1.189
Contas de clientes a receber	95.271	94.719
Valores a receber de franquias	86	86
Serviços a faturar	125.740	109.388
	222.771	205.382
Provisão para perdas de crédito esperadas	(49.830)	(63.258)
Total dos recebíveis	172.941	142.124

As controladas da Companhia utilizam uma abordagem simplificada a fim de constituir de forma prospectiva a provisão considerando as perdas esperadas em bases percentuais. O percentual estimado,

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

calculado com base histórica, e a Companhia efetua a avaliação de *impairment* da carteira e realiza eventuais complementos da provisão.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a abertura por vencimento dos saldos de contas a receber é:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Valores a vencer	130.934	111.255
Vencidos:		
Até 30 dias	25.558	16.328
Entre 31 a 60 dias	4.225	3.428
Entre 61 a 90 dias	3.295	2.591
Entre 91 a 180 dias	8.786	9.317
Entre 181 a 360 dias	17.670	19.659
Acima de 360 dias	32.303	42.804
	222.771	205.382

Os montantes a receber, líquidos da provisão para risco de crédito, configuram a exposição máxima ao risco de crédito da sua controlada. O risco de crédito das contas a receber é oriundo da possibilidade de não receber valores decorrentes da prestação de serviços. A provisão de riscos de crédito foi calculada com base nas premissas do histórico de perdas e grau de recuperabilidade. A provisão para riscos de recebimento de créditos é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas esperadas.

A movimentação da provisão para risco no recebimento de crédito é demonstrada abaixo:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(61.284)
Adições, líquidas de reversões	(31.721)
Baixa definitiva de títulos	29.747
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(63.258)
Adições, líquidas de reversões	(37.685)
Baixa definitiva de títulos	51.113
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(49.830)

As adições de provisão são registradas ao resultado do exercício, líquidas das reversões. As baixas de títulos por perdas ou títulos que foram recuperados são registrados em contrapartida ao contas a receber.

7. Estoques

Estão demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de média ponderada móvel. Os estoques constantes em cada unidade da empresa estão compostos pelos seguintes valores:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Material de consumo de almoxarifado	11.103	12.867
Mercadorias para revenda	2.208	195
Outros	21	477
Total de estoques	13.332	13.539

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS sobre ativo imobilizado (i)	-	-	14.289	7.987
Créditos de PIS e COFINS (ii)	-	-	4.231	3.558
IRPJ e CSLL a recuperar (iii)	3.218	2.887	36.708	29.176
IRRF a recuperar (iv)	-	-	10.559	4.942
Outros impostos a recuperar (v)	-	-	2.348	2.502
	3.218	2.887	68.135	48.165
Circulante	3.218	2.887	58.584	43.775
Não circulante	-	-	9.551	4.390

i. Créditos sobre compra de bens para o ativo imobilizado, em observância a legislação do ICMS.

ii. Créditos sobre compra insumos, máquinas e equipamentos e demais bens, conforme permitido pela legislação do PIS e da COFINS.

iii. Saldos negativo de IRPJ e Base Negativa da CSLL a restituir ou compensar.

iv. Saldos retidos na fonte pelas fontes pagadoras sobre rendimento de aplicações e prestação de serviços, passíveis de restituição ou compensação.

v. Representa créditos dos demais tributos passíveis de recuperação, por restituição, ressarcimento ou compensação.

9. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a funcionários	-	-	1.294	944
Adiantamentos a fornecedores	-	-	3.476	3.897
Antecipação de participação societária	-	-	94	2.404
Despesas antecipadas	-	-	7.822	1.660
Juros sobre capital próprio e Dividendos (i)	130.085	13.009	-	-
Despesas antecipadas – comissões (ii)	-	-	27.831	24.084
Despesas antecipadas – FISTEL	-	-	5.489	2.081
Depósitos judiciais	-	-	5.890	245
Outros adiantamentos	-	-	4.101	5.768
	130.085	13.009	55.997	41.083
Circulante	35.773	13.009	22.392	23.592
Não circulante	94.312	-	33.605	17.491

(i) Refere-se aos valores a receber a título de juros sobre capital próprio e dividendos a receber de sua controladora.

(ii) Refere-se aos valores pagos a título de custos incrementais necessários para a obtenção de um contrato com clientes, líquidos de qualquer baixa por *impairment*, que são amortizados pelo período médio de 5 anos.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

Os investimentos da Companhia estão compostos conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos em sociedades	727.024	779.121	26.688	14.950
Cotas de capital em cooperativas de crédito	-	-	589	520
Outros investimentos	-	-	73	108
Total dos investimentos	727.024	779.121	27.350	15.578

Controladora							
Investida	Controle	%	Investimento 31/12/2023	Distribuição de Lucros	Outros resultados	Resultado de Equivalência	Investimento 31/12/2024
Unifique Telecomunicações S/A	Controlada	65,04%	713.761	(50.026)	594	114.791	779.121
			713.761	(50.026)	594	114.791	779.121

Controladora							
Investida	Controle	%	Investimento 31/12/2024	Distribuição de Lucros	Outros resultados	Resultado de Equivalência (i)	Investimento 31/12/2025
Unifique Telecomunicações S/A	Controlada	65,04%	779.121	(190.440)	575	137.769	727.024
			779.121	(190.440)	575	137.769	727.024

	Consolidado			
	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Investimentos em sociedades	14.950	11.738	-	26.688
Cotas de capital em cooperativas de crédito	520	625	(556)	589
Outros investimentos	108	79	(114)	73
	15.578	12.442	(670)	27.350

(i) Montante de R\$ 135.952 refere-se à equivalência proporcional a participação de 65,04% e R\$ 1.817 referente diferença no rateio dos proventos em decorrência das ações em tesouraria da controlada.

11. Contratos de arrendamentos

Os arrendatários devem reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- (i) Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- (ii) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A seguir demonstramos as variações no ativo, passivo e resultado:

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

a) Direito de uso

Os saldos de direito de uso de arrendamento, representados por contratos de aluguéis de imóveis utilizados para instalação de equipamentos de rede, salas comerciais e da sede da Controlada; locação de rede, equipamentos e infraestrutura de telecomunicação, em 31 de dezembro de 2025 e demonstraram da seguinte movimentação:

	Consolidado			
	Locação de Imóveis	Locação de Rede	Locação 5G	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023				
Custo de aquisição	50.014	135.534	-	185.548
Amortização acumulada	(29.174)	(8.244)	-	(37.418)
Valor líquido contábil	20.840	127.290	-	148.130
Adições	9.252	-	5.293	14.545
Remensurações	821	2.171	-	2.992
Adições por incorporação	-	-	-	-
Amortização	(11.497)	(27.374)	(219)	(39.090)
(+/-) Ajustes em contratos	27	-	352	379
Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Custo de aquisição	60.969	137.705	5.645	204.319
Amortização acumulada	(41.526)	(35.618)	(219)	(77.363)
Valor líquido contábil	19.443	102.087	5.426	126.956
Direito de Uso – Partes Relacionadas (nota explicativa 17)	5.687	-	64	5.751

	Consolidado			
	Locação de Imóveis	Locação de Rede	Locação 5G	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Custo de aquisição	59.150	137.705	5.645	202.500
Amortização acumulada	(39.707)	(35.618)	(219)	(75.544)
Valor líquido contábil	19.443	102.087	5.426	126.956
Adições	22.124	5.380	112.702	140.206
Remensurações	147	3.411	-	3.558
Amortização	(10.914)	(28.587)	(7.260)	(46.761)
(+/-) Ajustes em contratos	318	64	56	438
Baixas	(722)	-	(345)	(1.067)
Saldo em 31 de dezembro de 2025				
Custo de aquisição	78.210	146.560	117.952	342.722
Amortização acumulada	(47.814)	(64.205)	(7.373)	(119.392)
Valor líquido contábil	30.396	82.355	110.579	223.330
Direito de uso – Partes Relacionadas nota explicativa 17)	7.102	-	6.731	13.833

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

b) Passivos de arrendamento

A seguir demonstramos a movimentação de arrendamentos a pagar:

	Consolidado			Total
	Locação de Imóveis	Locação de Rede	Locação 5G	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	24.373	116.507	-	140.880
Adições	9.252	-	5.293	14.545
Remensurações	821	2.171	-	2.992
Encargos	3.470	8.132	94	11.696
Contraprestação	(17.375)	(50.535)	(500)	(68.410)
(+/-) Ajustes em contratos	75	-	261	336
Saldo em 31 de dezembro de 2024	20.616	76.275	5.148	102.039
Passivo de arrendamento – Partes Relacionadas (nota explicativa 17)	6.161	-	67	6.228

	Consolidado			Total
	Locação de Imóveis	Locação de Rede	Locação 5G	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	20.616	76.275	5.148	102.039
Adições	22.124	5.380	112.702	140.206
Remensurações	147	3.411	-	3.558
Encargos	3.006	6.449	6.975	16.430
Contraprestação	(14.710)	(29.040)	(13.697)	(57.447)
(+/-) Ajustes em contratos	502	64	56	622
Baixas	(722)	-	(345)	(1.067)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	30.963	62.539	110.839	204.341
Passivo de arrendamento – Partes Relacionadas (nota explicativa 17)	7.734	-	6.809	14.543
Circulante	10.420	23.896	12.497	46.813
Não circulante	20.543	38.643	98.342	157.528

Os saldos têm vencimento conforme segue (saldo circulante e não circulante):

Ano	Consolidado		
	31/12/2024		
	Locação de Imóveis	Locação de Rede	Total
Vencimento em 1 ano	9.057	21.364	30.421
Vencimento entre 1 e 2 Anos	5.397	19.924	25.321
Vencimento entre 2 e 3 Anos	3.524	20.012	23.536
Vencimento entre 3 e 4 anos	2.162	14.975	17.137
Vencimento entre 4 e 5 Anos	1.511	-	1.511
Vencimento superior a 5 anos	4.113	-	4.113
	25.764	76.275	102.039

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Ano	Controladora e Consolidado			
	31/12/2025			
	Locação de Imóveis	Locação de Rede	Locação 5G	Total
Vencimento em 1 ano	10.420	23.896	12.497	46.813
Vencimento entre 1 e 2 Anos	8.146	23.277	12.295	43.718
Vencimento entre 2 e 3 Anos	4.058	15.366	11.905	31.329
Vencimento entre 3 e 4 anos	3.364	-	11.859	15.223
Vencimento entre 4 e 5 Anos	2.030	-	11.855	13.885
Vencimento superior a 5 anos	2.945	-	50.428	53.373
	<u>30.963</u>	<u>62.539</u>	<u>110.839</u>	<u>204.341</u>

Os contratos de aluguéis possuem prazos entre 6 meses e 15 anos de duração, podendo ou não serem renovados desde que ambas as partes tenham comum acordo e aviso prévio de 30 a 120 dias. As taxas de desconto utilizadas variam e não estão explícitas em contrato, contudo a Administração adotou uma taxa de mercado nominal de acordo com o prazo de cada contrato.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

	Consolidado										
	Máquinas e equipamentos	Cabos	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos-locação*	Projeto de rede e fibra	Usina fotovoltaica	Ativação de clientes	Outros	Imobilizado em andamento**	Total
Taxa de depreciação	5% a 33,33%	5%	10% a 33,33%	10% a 14,49%	10% a 33,33%	4,44% e 5%	3,33%	20%	4% a 33,33%		
Em 31/12/2023											
Custo	273.165	79.380	40.753	16.879	246.405	127.521	6.628	101.036	42.535	7.998	942.300
Deprec. acumulada	(161.215)	(16.730)	(25.081)	(7.792)	(163.079)	(19.711)	(719)	(27.614)	(13.745)	-	(435.686)
Valor líquido contábil	111.950	62.650	15.672	9.087	83.326	107.810	5.909	73.422	28.790	7.998	506.614
Adições	2.091	44	2.029	13.434	996	3.470	-	70.776	139.308	52.171	284.319
Reclassificação/transferência***	802	5.477	(1.846)	84	51.878	10.688	43	-	(52.407)	(14.579)	140
Baixas	(1.040)	(488)	(197)	(407)	(1.004)	(10)	-	-	(1.620)	(78)	(4.844)
Depreciação	(35.392)	(4.803)	(4.193)	(2.957)	(56.311)	(6.556)	(209)	(26.180)	(3.973)	-	(140.574)
Saldo final em 31/12/2024	78.411	62.880	11.465	19.241	78.885	115.402	5.743	118.018	110.098	45.512	645.655
Em 31/12/2024											
Custo	266.613	86.918	38.791	29.411	297.385	138.282	6.703	171.812	127.383	45.512	1.208.810
Deprec. acumulada	(188.202)	(24.038)	(27.326)	(10.170)	(218.500)	(22.880)	(960)	(53.794)	(17.285)	-	(563.155)
Valor líquido contábil	78.411	62.880	11.465	19.241	78.885	115.402	5.743	118.018	110.098	45.512	645.655

* Equipamento, tais como roteadores e unidades de rede óptica (ONU) locados pela Companhia aos seus clientes conjuntamente com os serviços de internet.

** Imobilizado em andamento trata-se de construções de rede de fibra óptica que estão em andamento.

***Durante o exercício houve reclassificações entre contas do imobilizado e intangível.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado--Continuação

	Consolidado										
	Máquinas e equipamentos	Cabos	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos-locação*	Projeto de rede e fibra	Usina fotovoltaica	Ativação de clientes	Outros	Imobilizado em andamento*	Total
Taxa de depreciação	5% a 33,33%	5%	10% a 33,33%	10% a 14,49%	10% a 33,33%	4,44% e 5%	3,33%	20%	4% a 33,33%	-	
Em 31/12/2024											
Custo	266.613	86.918	38.791	29.411	297.385	138.282	6.703	171.812	127.383	45.512	1.208.810
Deprec. acumulada	(188.202)	(24.038)	(27.326)	(10.170)	(218.500)	(22.880)	(960)	(53.794)	(17.285)	-	(563.155)
Valor líquido contábil	78.411	62.880	11.465	19.241	78.885	115.402	5.743	118.018	110.098	45.512	645.655
Adições	119.219	4.990	1.773	2.559	45.316	1.547	-	86.214	41.128	42.721	345.467
Combinação de negócios	3.267	-	1.508	494	-	4.218	-	-	363	440	10.290
Reclassificação/transferência***	38.775	4.666	3.092	328	45.851	8.105	-	-	(57.096)	(45.718)	(1.997)
Baixas	(868)	(5)	(29)	(714)	(4.459)	-	-	(3)	(179)	(75)	(6.332)
Depreciação	(37.824)	(4.418)	(4.449)	(2.844)	(55.282)	(7.253)	(209)	(42.398)	(6.387)	-	(161.064)
Saldo final em 31/12/2025	200.980	68.113	13.360	19.064	110.311	122.019	5.534	161.831	87.927	42.880	832.019
Em 31/12/2025											
Custo	421.551	96.568	46.988	31.848	380.249	158.972	6.703	258.023	110.385	42.880	1.554.167
Deprec. acumulada	(220.571)	(28.455)	(33.628)	(12.784)	(269.938)	(36.953)	(1.169)	(96.192)	(22.458)	-	(722.148)
Valor líquido contábil	200.980	68.113	13.360	19.064	110.311	122.019	5.534	161.831	87.927	42.880	832.019

* Equipamento, tais como roteadores e unidades de rede óptica (ONU) locados pela Companhia aos seus clientes conjuntamente com os serviços de internet.

** Imobilizado em andamento trata-se de construções de rede de fibra óptica que estão em andamento.

*** Durante o exercício houve reclassificações entre contas do imobilizado e intangível.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

13.Intangível

	Consolidado							Total
	Softwares	Carteira de clientes e alocações	Direito de não concorrência	Direito contratos	Ágio/Goodwill	Intangível em andamento	Outros	
Taxa média anual de amortização	10% a 20%	4,88% a 100%	10% a 50%	5% a 21,28%	-	-	10% a 83,33%	
Em 31/12/2023								
Custo	94.921	324.253	21.985	23.369	400.012	1.037	16.016	881.593
Amortização acumulada	(38.189)	(61.402)	(11.184)	(11.083)	-	-	(5.367)	(127.225)
Valor líquido contábil	56.732	262.851	10.801	12.286	400.012	1.037	10.649	754.368
Adições	28.666	-	-	1.300	-	6.036	17.684	53.686
Combinação de negócio	-	8.509	1.076	-	15.825	-	-	25.410
Reclassificação/transferência*	1.724	(881)	2	-	879	(1.863)	(1)	(140)
Baixas	(5)	(298)	-	-	(1.881)	-	(3.411)	(5.595)
Amortização	(17.345)	(29.857)	(4.883)	(2.815)	-	-	(5.533)	(60.433)
Saldo final em 31/12/2024	69.772	240.324	6.996	10.771	414.835	5.210	19.388	767.296
Em 31/12/2024								
Custo	125.175	331.583	23.063	24.669	414.835	5.210	29.200	953.735
Amortização acumulada	(55.403)	(91.259)	(16.067)	(13.898)	-	-	(9.812)	(186.439)
Valor líquido contábil	69.772	240.324	6.996	10.771	414.835	5.210	19.388	767.296

*Durante o exercício houve reclassificações entre contas do imobilizado e intangível.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível--Continuação

	Consolidado							Total
	Softwares	Carteira de clientes e alocações	Direito de não concorrência	Direito contratos	Ágio/Goodwill	Intangível em andamento	Outros	
Taxa média anual de amortização	10% a 20%	4,88% a 100%	10% a 50%	5% a 21,28%			10% a 83,33%	
Em 31/12/2024								
Custo	125.175	331.583	23.063	24.669	414.835	5.210	29.200	953.735
Amortização acumulada	(55.403)	(91.259)	(16.067)	(13.898)	-	-	(9.812)	(186.439)
Valor líquido contábil	69.772	240.324	6.996	10.771	414.835	5.210	19.388	767.296
Adições	21.736	3.260	1.000	320	-	11.242	8.733	46.291
Combinação de negócio	-	18.230	2.469	-	54.208	-	236	75.143
Reclassificação/transferência*	13.498	1.865	-	-	-	(13.580)	214	1.997
Baixas	(308)	(56)	-	-	-	(37)	(3.981)	(4.382)
Amortização	(21.350)	(30.327)	(3.530)	(1.716)	-	-	(4.808)	(61.731)
Saldo final em 31/12/2025	83.348	233.296	6.935	9.375	469.043	2.835	19.782	824.614
Em 31/12/2025								
Custo	159.945	354.866	26.532	24.989	469.043	2.835	34.383	1.072.593
Amortização acumulada	(76.597)	(121.570)	(19.597)	(15.614)	-	-	(14.601)	(247.979)
Valor líquido contábil	83.348	233.296	6.935	9.375	469.043	2.835	19.782	824.614

*Durante o exercício houve reclassificações entre contas do imobilizado e intangível

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível--Continuação

Os ativos intangíveis foram reconhecidos na controlada conforme laudos PPA (*Purchase Price Allocation*) elaborados por empresa especializada contratada para essa finalidade.

O ágio (*goodwill*) apresentado como intangível na demonstração consolidada refere-se a expectativa de rentabilidade futura na aquisição de sociedades empresárias. Na medida que são incorporadas o ágio passa a ser amortizado fiscalmente.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Ativos com vida útil definida

A Companhia e controladas avaliam anualmente se há evidências que indiquem que o valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida possa ter sofrido redução em relação aos valores registrados contabilmente. Quando tais evidências são identificadas testes detalhados de recuperabilidade (*impairment*) para essa categoria de ativos são procedidos. Nas datas dos balanços não foram identificados indicadores ou fatores de que os valores registrados contabilmente não sejam recuperáveis.

Ativos com vida útil indefinida

Os ativos com vida útil indefinida da Controlada são formados pelo ágio pago em combinações de negócios. Esses ativos são submetidos a testes de recuperabilidade (*impairment*) anualmente, independentemente de haver ou não indicadores de riscos presentes.

Com base nos testes conduzidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Administração concluiu que o valor desses ativos será recuperado por montante superior ao valor contábil registrado na data do balanço, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para perda por realização para os ágios registrados.

Os negócios adquiridos que foram incorporados pela controlada tiveram suas operações integradas e absorvidas pelas estruturas da Companhia, formando uma única e coesa unidade geradora de caixa. Os testes foram realizados com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, visando apurar o valor em uso para Companhia tomada em seu conjunto, considerada, portanto, como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) às quais todos os ágios estão alocados.

As projeções de caixa foram realizadas para um horizonte de 5 anos, considerando uma premissa de crescimento baseadas nas diretrizes de negócios da Administração que equivalem a uma taxa de crescimento 5,8% ao ano, e a perpetuidade foi elaborada utilizando uma taxa de crescimento de 3,0% ao ano. A taxa desconto antes dos impostos foi de 14,8% (equivalente a uma taxa de 10,7% após os impostos).

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado						31/12/2025	31/12/2024
	Encargos	Data de captação	Valor captado	Nº de parcelas	Vencimento final			
Debêntures								
Itaú	6,50% a.a. + IPCA	15/05/2024	300.000	14	15/06/2031	316.893	302.639	
Itaú	6,57% a.a. + IPCA	15/05/2022	150.000	11	15/05/2029	110.084	134.061	
BTG Pactual	5,3418% a.a. + IPCA	15/03/2021	100.000	6	15/03/2028	65.272	83.166	
Capital de Giro								
Banco BNDES	2,7% a.a.	12/02/2025	40.000	48	15/02/2030	40.498	-	
Santander	3,20695% a.a. + CDI	03/02/2021	50.000	60	03/02/2026	2.066	14.416	
Bradesco	1,7308% a.a. + CDI	24/07/2023	20.000	24	24/07/2025	-	11.667	
Banco do Brasil	3,63% a.a. + CDI	23/12/2020	10.000	36	20/01/2024	-	277	
Finep								
BRDE	1% a.a. + TJLP	28/03/2018	9.472	94	15/04/2026	550	2.092	
Cartão BNDES/Crédito								
	0%					-	21	
Advindo de empresas adquiridas								
Guaíba								
Caixa Econômica Federal	12,54% a.a.	22/10/2020	3.507	241	22/10/2025	-	953	
Banco Banrisul	0,54% a.m. + CDI	09/09/2021	210	42	15/09/2025	-	45	
Unifique Energia								
Viacredi	0,48% a 1,85% a.m. + CDI	04/11/2020	1.677	60	20/5/2031	1.418	-	
Sicredi	1,48% a 1,89% a.m.	12/04/2023	600	60	15/06/2028	519	-	
Sicoob	1,69% a 6,99% a.m.	22/12/2023	305	48	15/09/2028	273	-	
Santander	16,90% a.m.	-	-	-	-	72	-	
Banco do Brasil	6% a.a. + Selic	16/08/2022	150	37	16/08/2026	69	-	
Unicredi	0,15% a.m.+ CDI	04/08/2020	151	84	25/08/2027	60	-	
Grupo CCS								
Banco Bradesco	1,17% a.m.	01/02/2024	2.000	45	01/10/2027	1.167	-	
						538.941	549.337	
Circulante						143.113	109.000	
Não circulante						395.828	440.337	

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está apresentada abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	549.337	323.733
Adições/captações	41.387	300.000
Pagamento de principal	(105.393)	(103.055)
Pagamento de juros e encargos	(21.146)	(22.663)
Juros incorridos/provisionados	59.639	49.546
Saldos advindos de combinação de negócio	13.143	-
Encargos por concessão de garantia	1.974	1.776
Saldo final	538.941	549.337

O cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos é demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
A vencer até 1 ano	143.113	109.000
A vencer de 1 ano até 2 anos	100.256	99.094
A vencer de 2 anos até 3 anos	99.696	96.512
A vencer de 3 anos até 4 anos	86.489	96.896
A vencer de 4 anos até 5 anos	46.677	67.158
A vencer acima de 5 anos	62.710	80.677
Total a pagar	538.941	549.337

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

15. Obrigações fiscais e parcelamentos tributários

Consigna nesta rubrica valores relativos a impostos e taxas retidos pela Companhia, bem como os montantes relativos aos impostos incidentes sobre: a) faturamento, b) lucro, c) retenções sobre serviços tomados e parcelamentos tributários, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Impostos sobre lucro	210	1.118	902	2.263
Impostos retidos a recolher	-	-	378	166
Impostos sobre faturamento a recolher	-	-	20.083	17.754
Outros impostos e taxas	-	-	128	3.195
Provisão de impostos sobre faturamento	-	-	19.270	22.337
Impostos a pagar	210	1.118	40.761	45.715
Parcelamento INSS	-	-	-	159
Parcelamento de outros tributos	-	-	4.151	6.615
Parcelamentos fiscais e previdenciários	-	-	4.151	6.774
	210	1.118	44.912	52.489
Circulante	210	1.118	43.343	48.549
Não circulante	-	-	1.569	3.940

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	8.498	8.047
IRRF a recolher	2.630	2.305
FGTS a recolher	1.465	1.339
INSS a recolher	4.897	4.321
Férias a pagar	15.418	14.229
INSS sobre férias a recolher	4.051	3.804
FGTS sobre férias a recolher	1.165	1.094
Programa de participação nos resultados – PPR (a)	18.057	15.816
Outros	863	686
	57.044	51.641

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas

Nessa rubrica são demonstradas as transações com empresas controladas da Companhia e partes relacionadas, que se referem substancialmente a aluguéis com empresas do mesmo sócio administrador, conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Partes Relacionadas		
Empréstimos	-	240
Unifique Franquias Ltda	-	240
Direito de Uso (nota explicativa 11)	13.833	5.751
Trento Administradora de Bens Eireli (a)	1.691	1.846
Inovar Incorporações Imobiliárias SPE Ltda (b)	3.238	3.841
Delta Empreendimentos Ltda (c)	6.731	64
J Busnardo Participações Ltda (d)	2.173	-
Total do Ativo	13.833	5.991
Passivo		
Partes Relacionadas		
Passivos de arrendamento (nota explicativa 11)	14.543	6.228
Trento Administradora de Bens Eireli (a)	1.691	1.907
Inovar Incorporações Imobiliárias SPE Ltda (b)	3.854	4.254
Delta Empreendimentos Ltda (c)	6.809	67
J Busnardo Participações Ltda (d)	2.189	-
Total do Passivo	14.543	6.228
Resultado		
Partes Relacionadas		
Receitas	872	-
Unifique Franquias Ltda (f)	872	-
Custos e Despesas	(3.672)	(2.047)
Trento Administradora de Bens Eireli (a)	(443)	(428)
Inovar Incorporações Imobiliárias SPE Ltda (b)	(1.084)	(1.009)
Delta Empreendimentos Ltda (c)	(582)	(76)
J Busnardo Participações Ltda (d)	(270)	-
Oriente Gestão de Ativos SPE Ltda (e)	(1.293)	(534)
Total do Resultado	(2.800)	(2.047)

(a) A Trento Administradora de Bens Eireli: a natureza da operação trata-se de locação de imóvel com destinação comercial (centro de distribuição), onde fica localizada uma das filiais da Companhia.

(b) A Inovar Incorporações Imobiliárias SPE Ltda.: a natureza da operação trata-se da locação de imóvel onde fica localizada a sede da Companhia, o data center e outro contrato referente a locação de imóvel onde fica localizado o galpão referente ao Centro de Distribuição.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) A Delta Empreendimentos Imobiliários Ltda.: a natureza da operação trata-se de locação de espaço para alocação de equipamentos para prestação de serviços (Cessão de Uso de Espaço em Sites).
- (d) A J Busnardo Participações Ltda.: a natureza da operação trata-se de locação de imóvel para alocação de equipamentos para prestação de serviços de telecomunicações (BUILT TO SUIT).
- (e) Oriente Gestão de Ativos SPE Ltda.: a natureza da operação trata-se de um contrato de cessão temporária de aeronave, que tem por objetivo regulamentar a realização de voos.
- (f) Unifique Franquias: a natureza da operação trata-se de faturamento de comissão.

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições equivalentes as transações com partes independentes.

18. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos ativos e passivos

A Companhia registra os seguintes impostos diferidos conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo				
Provisão para devedores duvidosos	-	-	3.174	4.379
Provisão de impostos com faturamento diferido	-	-	5.570	5.897
Amortização de intangíveis	-	-	48.479	36.505
Provisão de contingências civis e tributárias	388	-	4.113	1.541
Provisão programa de participação nos resultados – PPR	-	-	6.139	5.377
Amortização de bens - arrendamento mercantil	-	-	1.806	1.439
Encargos bens – arrendamento mercantil	-	-	414	414
Depreciação contratos de aluguel	-	-	31.605	18.760
Encargos financeiros contratos de aluguel	-	-	11.745	6.155
Provisão de custos e despesas	-	-	1.768	792
	388	-	114.813	81.259
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo				
Sobre faturamento diferido - reconhecimento pela competência	-	-	(40.524)	(33.534)
Ganho de compra vantajosa	-	-	(1.976)	(1.976)
Apropriação de ágios/deságios das incorporadas	-	-	(58.734)	(34.789)
Valores de comissão diferida	-	-	(8.700)	(7.746)
Baixa do valor Equity Value final	-	-	(2.484)	(3.798)
Contraprestação arrendamento mercantil	-	-	(2.482)	(2.483)
Advindo por combinação de negócio	-	-	(107)	(134)
Contraprestação contratos de locações	-	-	(42.954)	(23.724)
Diferenças de depreciação/amortização – revisão da vida útil	-	-	(36.137)	(23.414)
Lei do Bem – depreciação/amortização acelerada	-	-	(24.981)	-
	-	-	(219.079)	(131.598)
Valores líquidos	388	-	(104.266)	(50.339)

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

O imposto de renda e contribuição social diferidos nas controladas, refere-se ao valor líquido de diferenças temporárias ativas e passivas.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	133.588	112.045	285.405	212.801
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Expectativa de Despesa de IRPJ e CSLL	(45.420)	(38.095)	(97.038)	(72.352)
Equivalência patrimonial	35.503	28.824	670	274
Diferença base de cálculo lucro presumido	-	-	(182)	3.241
Juros sobre capital próprio	7.891	4.927	6.753	10.022
Doações e patrocínios	-	-	635	211
Depreciação/amortizações não dedutíveis	-	-	(99)	(1.029)
Subvenção para investimentos	-	-	-	3.064
Atualização monetária indébitos tributários	-	-	337	624
Recuperação de despesas não tributadas	-	-	62	12.399
Incentivo Fiscal – Lei do Bem - Dispêndios	-	-	8.120	-
Outras exclusões (adições)	25	24	(978)	(952)
Prejuízos Fiscais/Base Negativa	-	-	(910)	(803)
	(2.001)	(4.321)	(82.629)	(45.302)
Corrente	(2.389)	(4.321)	(29.454)	(18.461)
Diferido	388	-	(53.175)	(26.841)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(2.001)	(4.321)	(82.629)	(45.302)
Alíquota efetiva	1%	4%	29%	21%

19. Passivo de aquisições societárias e aquisições de carteiras

A Controlada adquiriu quotas e ações de sociedades do ramo de telecomunicação instaladas no Estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estando, portanto, apresentado nessa rubrica os passivos junto aos sócios e/ou acionistas alienantes de suas participações societárias.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Participações societárias a pagar	111.636	188.671
Circulante	35.727	138.263
Não Circulante	75.909	50.408

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo de aquisições societárias e aquisições de carteiras--Continuação

Os contratos são, em sua maioria, atualizados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Cronograma de vencimento	Consolidado			
	31/12/2025	%	31/12/2024	%
A vencer até 1 ano	35.727	32%	138.263	73%
A vencer de 1 ano até 2 anos	41.329	38%	16.992	9%
A vencer de 2 anos até 3 anos	27.476	25%	19.490	10%
A vencer de 3 anos até 4 anos	-	-%	13.926	8%
A vencer de 4 anos até 5 anos	7.104	5%	-	-%
Total a pagar	111.636	100%	188.671	100%

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo de aquisições societárias e aquisições de carteiras--Continuação

As obrigações para as aquisições de investimentos estão compostas na tabela a seguir:

	Consolidado									
	31/12/2023	Equity Value	Valor justo da contraprestação paga (i)	Ajustes contratuais e de pagamentos	Provisão Juros	Amortização				31/12/2024
						Principal	Juros	Desconto	Total pago	
Não auditado										
Conectel	73	-	-	-	-	(72)	(1)	-	(73)	-
Portal PCH	662	-	-	-	5	(663)	(4)	-	(667)	-
Naja	5.115	-	-	(244)	325	(2.115)	192	-	(1.923)	3.273
Grupo Tknet	5.729	-	-	-	190	(4.375)	(1.544)	-	(5.919)	-
Fibramaxx	2.429	-	-	-	97	(1.875)	(651)	-	(2.526)	-
MKS	10.258	-	-	-	199	(7.902)	(2.284)	-	(10.186)	271
SSTV	3.438	-	-	-	59	(2.982)	(515)	-	(3.497)	-
Guaíba Telecom	12.120	-	(1.832)	-	618	(6.846)	(260)	-	(7.106)	3.800
Mosaico	534	-	-	-	-	(421)	(113)	-	(534)	-
Grupo Sygo	124.307	-	-	(80)	11.974	(19.648)	(6.157)	-	(25.805)	110.396
ViaWebRS	26.132	-	-	-	867	(11.094)	(718)	-	(11.812)	15.187
Rasche & Stefenon	4.202	-	-	45	156	(1.756)	(130)	-	(1.886)	2.517
MB Telecom	3.207	-	-	5	119	(1.310)	(100)	-	(1.410)	1.921
SRNET	3.649	-	-	(46)	135	(1.439)	(114)	-	(1.553)	2.185
BRICK Serviços	4.067	-	-	-	158	(1.413)	(79)	-	(1.492)	2.733
BRICK Telecomunicações	1.155	-	-	56	-	-	-	-	-	1.211
Concórdia ClientCO	11.006	-	-	-	413	(4.338)	(134)	-	(4.472)	6.947
Naxi Serviços	5.084	-	-	-	229	(588)	(25)	-	(613)	4.700
Vex Telecomunicações	17.711	-	-	(637)	705	(5.140)	(164)	-	(5.304)	12.475
Controladas adquiridas – Grupo ViaWebRS	11.640	-	-	(637)	149	(6.381)	(70)	12	(6.439)	4.713
Conexão Serra ⁽¹⁾	-	1.410	-	321	-	(1.731)	-	-	(1.731)	-
Controladas adquiridas - Grupo Sygo	30.275	-	-	-	3.283	(13.920)	(3.296)	-	(17.216)	16.342
Total	282.793	1.410	(1.832)	(1.217)	19.681	(96.009)	(16.167)	12	(112.164)	188.671

(i) Os saldos apresentados referentes a parcela variável condicionada ao desempenho futuro do negócio, conforme laudo PPA.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

19. Passivo de aquisições societárias e aquisições de carteiras--Continuação

As obrigações para as aquisições de investimentos estão compostas na tabela a seguir:

	Consolidado								
	31/12/2024	Equity Value	Adição por combinação de negócio	Ajustes contratuais e de pagamentos	Provisão Juros	Amortização			31/12/2025
						Principal	Juros	Total pago	
Naja	3.273	-	-	-	343	(334)	-	(334)	3.282
MKS	271	-	-	-	92	-	-	-	363
Guaíba Telecom	3.800	-	-	-	460	(311)	-	(311)	3.949
Grupo Sygo	110.396	-	-	-	8.309	(66.463)	(31.245)	(97.708)	20.997
ViaWebRS	15.187	-	-	-	419	(9.753)	(1.118)	(10.871)	4.735
Rasche & Stefenon	2.517	-	-	-	63	(1.711)	(213)	(1.924)	656
MB Telecom	1.921	-	-	-	76	(1.306)	(190)	(1.496)	501
SRNET	2.185	-	-	-	55	(1.485)	(185)	(1.670)	570
BRICK Serviços	2.733	-	-	-	89	(1.413)	(154)	(1.567)	1.255
BRICK Telecomunicações	1.211	-	-	51	-	-	-	-	1.262
Concórdia ClientCO	6.947	-	-	-	308	(4.416)	(363)	(4.779)	2.476
Naxi Serviços	4.700	-	-	-	276	(588)	(100)	(688)	4.288
Vex Telecomunicações	12.475	-	-	-	436	(4.998)	(400)	(5.398)	7.513
Controladas adquiridas – Grupo ViaWebRS	4.713	-	-	-	29	(4.069)	-	(4.069)	673
Conexão Serra	-	-	-	133	-	(133)	-	(133)	-
Controladas adquiridas - Grupo Sygo	16.342	-	-	-	1.411	(11.335)	(600)	(11.935)	5.818
Unifique Energia	-	32	-	-	-	(32)	-	(32)	-
CCS Telecom	-	70.621	-	-	294	(22.582)	(1)	(22.583)	48.332
3SNET	-	12.417	-	-	-	(10.566)	-	(10.566)	1.851
SerraNet	-	4.260	-	-	-	(2.219)	-	(2.219)	2.041
Controladas adquiridas - CCS Telecom	-	-	1.289	-	-	(215)	-	(215)	1.074
Total	188.671	87.330	1.289	184	12.660	(143.929)	(34.569)	(178.498)	111.636

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As controladas estão envolvidas em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para os itens abaixo indicados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	-	-	1.471	1.973
Contingências cíveis	1.140	-	449	167
Dívida tributária exigibilidade suspensa	-	-	13.387	5.833
Provisões registradas	1.140	-	15.307	7.973

A movimentação da provisão para riscos pode ser resumida como segue:

	Consolidado						
	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Contingências trabalhistas	1.035	1.683	(745)	1.973	1.804	(2.306)	1.471
Contingências cíveis	289	201	(323)	167	3.960	(3.678)	449
Contingências tributárias advindas de combinação de negócios	4.005	338	(294)	4.049	492	(345)	4.196
Contingência Tributária INSS Terceiros	-	-	-	-	6.267	-	6.267
Dívida tributária exigibilidade suspensa	1.713	71	-	1.784	1.140	-	2.924
Contingências tributárias	5.718	409	(294)	5.833	7.899	(345)	13.387
	7.042	2.293	(1.362)	7.973	13.663	(6.329)	15.307

A Controlada possui causas classificadas com probabilidade de perda possível, pelos assessores jurídicos, para os quais não são necessários a constituição de provisão e estão com os valores formados, mas não provisionados conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	2.049	1.373
Cíveis	930	4.582
Fiscal	10	-
	2.989	5.955

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido

a) Capital social subscrito

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito, é de R\$ 183.707 (R\$ 43.707 em 31 de dezembro de 2024), representado por 10.713.939 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A participação total dos acionistas no capital subscrito da Companhia está assim distribuída:

Acionistas	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Fabiano Busnardo	5.591.519	52,19%	5.591.519	52,19%
Clever Mannes	3.663.080	34,19%	3.663.080	34,19%
Erolf Schotten	512.984	4,79%	512.984	4,79%
Rafaela Cristiane Kisner Busnardo	512.984	4,79%	512.984	4,79%
Gabriela Busnardo Campregher	26.785	0,25%	26.785	0,25%
Rubia Gisele da Silva	406.587	3,79%	406.587	3,79%
Total	10.713.939	100,00%	10.713.939	100,00%

b) Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o período. O lucro diluído por ação é calculado baseado no lucro atribuível aos acionistas ordinárias e o número médio ponderado de ações em circularização após ajuste para os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. As ações da Companhia nas datas dos balanços não estão sujeitas a nenhum instrumento com potenciais efeitos de diluição de ações.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Básico e diluído		
Lucro Líquido atribuído aos acionistas controladores	131.587	107.724
Média ponderada de ações ordinárias	10.713.939	10.713.939
Lucro por ação dos controladores – básico e diluído – em R\$	12,2819	10,0546

c) Reserva Legal

A Companhia aloca 5% do lucro líquido anual para a reserva legal, após a constituição de reserva de incentivo fiscal e antes da destinação de dividendos, limitando essa reserva até 20% do valor total do capital social.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

d) Reserva de lucros

A reserva de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados e sua destinação será proposta pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas.

e) Outras reservas de capital

As outras reservas de capital referem-se a resultados de equivalência patrimonial gerada por transações com acionistas no ato da constituição da controladora e por mudança na participação na controlada, em decorrência do aumento de capital por subscrição de acionistas não controladores, sem que a houvesse perda do controle da companhia controlada. Os ajustes de participação do investimento na controlada tem como contrapartida a referida rubrica no patrimônio líquido da companhia.

f) Remuneração aos acionistas

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das S.A.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	131.587	107.724
(-) Reserva legal	6.579	-
Lucro ajustado	138.166	107.724
Dividendos / JCP a distribuir	146.375	-
Dividendos / JCP distribuídos	69.910	46.290
Dividendos / JCP total	216.285	46.290
Circulante	44.875	-
Não circulante	101.500	-

Em reunião da Diretoria realizada em 13 de fevereiro de 2025 foi declarado e aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio ("JCP"), no montante de R\$ 3.710; e o pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 12.700. O pagamento ocorreu aos acionistas no dia 14 de fevereiro de 2025.

Em reunião da Diretoria realizada em 21 de agosto de 2025 foi declarado e aprovado o pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 34.000. O pagamento ocorreu aos acionistas no dia 22 de agosto de 2025.

Em Assembleias Geral Extraordinária (AGE) realizada em 12 de dezembro de 2025 foi declarado e aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio ("JCP"), no montante de R\$ 19.500. O pagamento ocorreu aos acionistas nos dias 19 de dezembro de junho de 2025 no montante de R\$ 12.000 e em 16 de março de 2026 o montante de 7.500.

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 12 de dezembro de 2025 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários à conta de parte das reservas de retenção de lucros no montante total de R\$ 140.000.

O pagamento de dividendos aos acionistas ocorrerá em linha com a regra de transição de incidência do Imposto de Renda das Pessoas Físicas sobre dividendos declarados até 31 de dezembro de 2025 sobre reservas de lucros acumulados em exercícios anteriores, nos termos da Lei nº 9.250/1995, conforme alterações introduzidas pela Lei nº 15.270/2025.

Os dividendos declarados serão pagos pela Companhia de forma escalonada, de acordo com a disponibilidade financeira da companhia, conforme cronograma abaixo:

- (i) Em 2026 distribuição do montante total de R\$ 38.500 mil
- (ii) Em 2027 distribuição do montante total de R\$ 45.500 mil
- (iii) Em 2028 distribuição do montante total de R\$ 56.000 mil

22. Receita operacional líquida

As receitas da Companhia são classificadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Internet	-	-	968.091	1.021.235
Telefonia	-	-	58.722	57.681
Telefonia móvel	-	-	69.099	10.689
TV e Mídia	-	-	296.501	137.716
Demais serviços	-	-	30.801	26.444
Serviços de datacenter	-	-	20.472	18.670
Receita operacional bruta			1.443.686	1.272.435
ICMS sobre vendas	-	-	(152.132)	(151.406)
PIS sobre vendas e serviços	-	-	(9.563)	(10.323)
COFINS sobre vendas e serviços	-	-	(44.114)	(47.589)
Impostos sobre serviços	-	-	(2.949)	(3.540)
Funttel sobre receita bruta	-	-	(3.724)	(3.296)
Fust	-	-	(8.785)	(6.624)
Cancelamento de prestação de serviço	-	-	(313)	(3.930)
Crédito presumido de ICMS	-	-	1.159	992
Incentivo redução BC ICMS	-	-	-	9.012
Incentivo FUST	-	-	-	1.369
Provisão para perda de receita – PCLD	-	-	(37.685)	(31.721)
Total das deduções			(258.106)	(247.056)
Receita operacional líquida			1.185.580	1.025.379

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

23. Custo, receitas e (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos serviços prestados	-	-	(572.913)	(504.861)
Despesas comerciais	-	-	(120.130)	(105.528)
Despesas gerais e administrativas	(1.166)	(10)	(179.291)	(164.837)
Total de despesas e custos por natureza	(1.166)	(10)	(872.334)	(775.226)
Aluguel de postes	-	-	(79.819)	(75.112)
Amortização direito de uso de imóveis	-	-	(10.857)	(11.497)
Amortização direito de uso de rede	-	-	(28.572)	(27.374)
Amortização direito de uso de 5G	-	-	(7.260)	(219)
Consumo de materiais	-	-	(16.007)	(11.029)
Depreciação e amortização	-	-	(222.795)	(201.007)
Gastos com pessoal	-	-	(273.191)	(250.916)
Conteúdo de TV	-	-	(9.407)	(10.528)
Manutenção de redes	-	-	(25.374)	(22.590)
Manutenção de ativo fixo	-	-	(40.085)	(38.290)
Link com operadoras	-	-	(10.223)	(14.510)
Perdas com clientes	-	-	(856)	-
Despesa/reversão com provisão de contingências	(23)	-	(6.562)	(1.226)
Serviços de terceiros	-	(8)	(21.631)	(20.549)
Energia elétrica	-	-	(7.113)	(6.095)
Comissão sobre vendas	-	-	(22.647)	(16.215)
Aluguéis*	-	-	(9.599)	(7.210)
Despesa com frota	-	-	(26.161)	(20.239)
Propaganda e publicidade	-	-	(15.697)	(10.833)
Impostos e taxas diversas	(1.143)	(2)	(7.303)	(6.210)
Pagamento baseado em ações	-	-	(734)	(913)
Roaming	-	-	(8.799)	(940)
Outros	-	-	(21.642)	(21.724)
Total custos e despesas por função	(1.166)	(10)	(872.334)	(775.226)

24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita com bonificações e amostra grátis	-	-	684	266
Recuperação de despesas	-	-	11.660	10.762
Ganho/custo na venda de bens	-	-	(1.969)	(2.185)
Remensuração de passivos societários	-	-	-	1.832
Reversão de contingências	-	-	345	296
Outras receitas (despesas)	(3.085)	(2.776)	(1.027)	(4.881)
Receitas (despesas) operacionais	(3.085)	(2.776)	9.693	6.090

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

25. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de equivalentes e caixa	76	45	44.394	38.110
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	9.103	5.690
Juros ativos	-	-	9.747	8.391
Descontos obtidos	-	-	243	498
Atualização Selic	-	-	990	1.649
Outras receitas	-	-	586	485
Total receitas financeiras	76	45	65.063	54.823
Despesas financeiras				
Juros/encargos – empréstimos	-	-	(59.639)	(49.546)
Juros/encargos - parcelamentos e impostos	-	-	(542)	(398)
Encargos - concessão de garantia	-	-	(1.974)	(1.776)
Encargos - contratos de aluguel de imóveis	-	-	(3.006)	(3.470)
Encargos - contratos de aluguel de rede	-	-	(6.449)	(8.132)
Tarifas com emissão de boletos	-	-	(6.975)	(94)
Tarifas bancárias	(6)	(4)	(6.784)	(5.421)
IOF	-	-	(598)	(2.204)
Juros passivos	-	-	(358)	(177)
Juros sobre pagamentos de incorporações	-	-	(2.865)	(1.939)
Despesas financeiras AVP – aquisições	-	-	(12.660)	(19.681)
Instrumentos financeiros e derivativos	-	-	-	(4.125)
Outras despesas	-	-	(2.720)	(2.106)
Total despesas financeiras	(6)	(4)	(104.570)	(99.069)
Resultado financeiro líquido	70	41	(39.507)	(44.247)

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos financeiros

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia, na sua controlada, mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia e suas controladas podem estar expostas, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

- Riscos de crédito;
- Riscos de liquidez;
- Risco de taxa de juros;
- Riscos operacionais.

Na data dos balanços a Companhia e suas controladas não tem saldos em moeda estrangeira e, portanto, não está exposto a riscos cambiais.

(i) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito. A Companhia e suas controladas possuem, ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa no consolidado, como demonstrado na nota explicativa 6, para fazer face ao risco de crédito.

Para as aplicações financeiras e depósitos em instituições financeiras a Administração da Companhia e suas controladas, através de sua tesouraria, monitora informações de mercado sobre suas contrapartes a fim de identificar potenciais riscos de crédito.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	975	1.629	213.935	449.385
Aplicações financeiras	-	-	67.708	37.114
Contas a receber de clientes	-	-	172.941	142.124
	975	1.629	454.584	628.623

(i) Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia e suas controladas investem o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 4 e 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Nas datas dos balanços os equivalentes de caixa mantido pela Companhia e suas controladas possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A seguir demonstramos o cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos no Consolidado conforme as condições contratuais. O fluxo apresentado não foi descontado e inclui os juros e atualização pelos indexadores contratuais com base nas respectivas taxas projetadas na data do balanço, publicadas pelo Boletim Focus do Banco Central do Brasil:

Consolidado					
31/12/2025					
Até um ano	De um a dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total	
Fornecedores	83.774	-	-	-	83.774
Empréstimos, financiamentos e debêntures	143.113	100.256	232.862	62.710	538.941
Participações societárias a pagar	35.727	41.329	34.580	-	111.636
Outros passivos financeiros	13.448	6.471	-	-	19.919
Passivos de arrendamento	46.813	43.718	60.437	53.373	204.341
	322.875	191.774	327.879	116.083	958.611

Consolidado					
31/12/2024					
Até um ano	De um a dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total	
Fornecedores	54.949	-	-	-	54.949
Empréstimos, financiamentos e debêntures	109.000	99.094	260.566	80.677	549.337
Obrigações por aquisição negócios e ativos	138.263	16.992	33.416	-	188.671
Outros passivos financeiros	4.965	6.477	-	-	11.442
Passivos de arrendamento	30.421	25.321	42.184	4.113	102.039
	337.598	147.884	336.166	84.790	906.438

(iii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e sua controlada sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

(iv) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e da controlada e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma

exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e controladas.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

27. Seguros

A Companhia, na sua controlada, possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Riscos cobertos	Importância segurada	Período coberto
Automotivo	37.660	04/04/2025 à 04/04/2026
Predial	120.044	17/12/2024 à 24/10/2026
Responsabilidade Civil	2.000	06/03/2025 à 06/03/2026
Responsabilidade Adm. e Diretores	50.000	31/05/2025 à 31/05/2026
Responsabilidade Civil Profissional	1.500	07/12/2025 à 07/12/2026
Fiança	307	01/12/2021 à 11/08/2027
Licitação	36.685	04/03/2023 à 13/08/2029
Garantia Judicial Trabalhista	1.619	19/07/2024 à 19/07/2027

UNITÁ PARTICIPAÇÕES S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

28. Transações que não afetam caixa

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, a Controlada efetuou certas transações que impactaram os saldos patrimoniais sem ter impacto no caixa. As transações estão abaixo sumariadas:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Combinação de negócios		
Ativo		
Caixa e equivalentes a caixa	13.450	1
Contas a receber	5.336	19
Impostos a recuperar	755	-
Estoques	530	-
Outros créditos	2.582	-
Investimentos	123	-
Imobilizado	8.802	-
Intangível	3.159	-
Passivo		
Fornecedores	(2.623)	(4)
Empréstimos e financiamentos	(13.143)	-
Obrigações fiscais	(2.422)	(30)
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.036)	(1.157)
Dividendos a pagar	(12.345)	-
Participações societárias a pagar	(1.289)	-
Outras contas a pagar	(5.300)	-
Provisões de Contingências	(107)	-

Controladora		Consolidado	
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024

Movimentações de ativo e passivo não circulante

Reconhecimento inicial de arrendamento e remensurações	-	-	143.764	17.537
Baixas e ajustes de arrendamentos	-	-	(629)	-
Dividendos e JCP destacados e não liquidados	107.875	3.817	177.790	10.808
Dividendos de anos anteriores pagos no exercício (-)	(3.817)	-	(10.808)	(25.973)
Dividendos e JCP provisionados e não recebidos	130.085	13.009	-	-
Efeito caixa na aquisição de imobilizado	-	-	45.035	(21.543)
Efeito caixa na aquisição de intangível	-	-	(9.971)	(13.526)
Utilização de adiantamentos para pagamentos de compra de sociedade	-	-	-	24.240
Parcelas a prazo de ativo advindo de combinação de negócios	-	-	(48.332)	(1.731)
Ágio gerado e mais valia advindo de combinação de negócios	-	-	55.695	15.824
Intangíveis advindos de combinação de negócios	-	-	17.776	9.585
Intangível adquirido em aquisição de carteira de clientes	-	-	16.677	-
Parcelas a prazo de ativo advindo de carteira de clientes	-	-	(3.892)	-

* * *